



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,33% São Paulo	148.780 3/11 4/11 5/11 6/11	R\$ 5,348 (-0,23%)	R\$ 1.518	R\$ 6,175	14,90%	14,90%	Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48

CURTAILMENT

Desperdício de energia limpa custa R\$ 5,4 bi

Relatório da Volt Robotics mostra que cortes, que atingem 20% da geração renovável, triplicaram em relação a 2024

» RAFAELA GONÇALVES

Brasil atingiu, entre janeiro e outubro deste ano, o terceiro recorde consecutivo de corte na geração de energia renovável, fenômeno conhecido como curtailment. De acordo com levantamento divulgado pela Volt Robotics, com base em dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), 20,4% de toda a energia solar e eólica que poderia ser produzida no país foi desperdiçada, mais que o triplo do registrado no mesmo período de 2024.

O prejuízo acumulado chega a R\$ 5,4 bilhões apenas em 2025, valor que ameaça a sustentabilidade econômica da geração renovável no país. Desde que o ONS começou a divulgar dados sobre o tema, em 2021, o custo total dos cortes já soma R\$ 8,1 bilhões.

Em outubro, 37% da capacidade solar e 37,1% da eólica deixaram de ser aproveitadas, totalizando 5,9 mil GWh de energia não escoada, volume suficiente para abastecer uma cidade do porte de Belo Horizonte por um mês. O desperdício equivale a 10,1% do consumo elétrico nacional mensal. Os estados mais afetados foram Rio Grande do Norte (43,8%), Ceará (34,9%) e Minas Gerais (30,8%).

“No momento em que o Brasil é palco das discussões globais sobre clima, registramos o terceiro recorde seguido de desperdício de energia limpa. Fizemos a lição pela metade”, afirmou Donato Filho, diretor-geral da Volt Robotics. “É hora de transformar o excesso de energia renovável em diferencial competitivo.”

Segundo o relatório, metade dos cortes na geração renovável decorre do excesso de oferta de energia, quando a produção supera o consumo nacional. A outra metade está ligada a limitações na rede de transmissão ou a medidas de segurança adotadas para evitar falhas no sistema elétrico.

Os cortes se concentram, principalmente, nas manhãs e tardes, entre 9h e 16h, período de maior incidência solar e menor demanda. Aos domingos, quando o consumo é ainda mais baixo, o desperdício médio chegou a 9.000 MWmédios, evidenciando a falta de equilíbrio entre geração e consumo no país.

A Volt aponta que o problema se agravou devido a anos de

incentivos à geração renovável sem a correspondente expansão da rede elétrica. O avanço tecnológico e a queda nos custos de instalação também impulsionaram o crescimento acelerado de usinas solares e eólicas, sem que houvesse planejamento sistêmico para absorver essa produção.

Térmicas acionadas

A situação evidencia um paradoxo energético no país. Em outubro, o Brasil registrou o maior volume de cortes de energia renovável da história, ao mesmo tempo em que usinas termelétricas — mais caras e poluentes — foram acionadas sob bandeira tarifária vermelha patamar 2. “Proíbem-se usinas renováveis de gerar energia de custo quase nulo, ao mesmo tempo em que se despacham térmicas. Falta flexibilidade e coordenação no sistema”, destaca o relatório da Volt Robotics.

O documento alerta que o curtailment deixou de ser um fenômeno técnico pontual para se tornar o principal entrave à consolidação da matriz renovável brasileira. “Cada megawatt-hora cortado é energia limpa desperdiçada, dinheiro público jogado fora e uma ameaça à confiança dos investidores”, afirma o texto.

A professora Michele Rodrigues, do curso de Engenharia Elétrica da Fundação Educacional Inaciana (FEI), reforça a contradição. “O Brasil vive um paradoxo energético. Em alguns momentos, precisa desligar usinas solares e eólicas porque há energia demais; em outros, aciona termelétricas caras e poluentes para compensar a falta de geração solar à noite. O desafio é tornar o sistema mais inteligente e eficiente.”

Segundo a especialista, o curtailment é uma medida técnica necessária para preservar a segurança e o equilíbrio do sistema elétrico, já que o excesso de oferta pode sobrecarregar a rede e causar falhas. No entanto, o problema tem se agravado com a rápida expansão da geração distribuída — sistemas solares instalados em residências e empresas que injetam energia diretamente na rede local.

“Embora positiva, essa geração descentralizada também contribui para a sobreoferta, e o ONS não tem controle direto sobre ela”, explica Michele.

Divulgação/Ari Versiani/PAC



Desde 2021, quando o ONS passou a divulgar esses dados, os custos com cortes de energia já acumulam R\$ 8,1 bilhões



“No momento em que o Brasil é palco das discussões globais sobre clima, registramos o terceiro recorde seguido de desperdício de energia limpa. Fizemos a lição pela metade”

Donato Filho, diretor-geral da Volt Robotics

Abrace sugere vetos em MP

» ROSANA HESSEL

A polêmica Medida Provisória 1.304/2025, que tratava da modernização do setor elétrico, apesar de aprovada pelo Congresso, está gerando mobilizações contrárias por elevar custos para o consumidor, além de criar incentivos fiscais que vão na contramão da agenda governamental da transição energética.

Na corrida contra o tempo para a sanção da nova regra, a Associação Brasileira dos Consumidores de Energia (Abrace) enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugerindo que ele vete seis trechos da MP, que incorporou vários jabutis (emendas não relacionadas ao tema principal) que provocaram mais retrocessos do que avanços para o setor.

Um desses trechos é o que impôs a contratação compulsória de térmicas a carvão até 2040, com custo estimado em R\$ 1 bilhão por ano; e o dispositivo que cria uma segunda solução para o curtailment (corte de geração eólica e solar), e, com isso, transfere quase todos os custos aos consumidores. Pelas estimativas da Abrace, apenas o custo desses cortes pode chegar a R\$ 7 bilhões até o fim de 2025, encarecendo a conta de luz nas casas dos brasileiros.

“Isso quer dizer que o prejuízo do gerador de energia vai ser pago pelos consumidores. Que espécie de capitalismo é esse no qual o prejuízo será socializado?”, questionou Paulo Pedrosa, presidente da Abrace Energia, em entrevista ao **Correio**. “Isso é como se a

indústria siderúrgica pedisse para ser compensada pelo aço que não vendeu”, comparou.

Em relação às estimativas iniciais de especialistas sobre uma perspectiva de que haverá aumento do custo da conta de luz em torno de 10%, quando a MP entrar em vigor, Pedrosa afirmou que esse cálculo não pode ser descartado.

Outro trecho que a entidade propôs que o presidente vete é o que impõe restrições injustificadas a novos arranjos de autoprodução e cria reserva de mercado. “Essa proposta estimula a expansão de geração mesmo em cenário de sobreoferta, em um cenário em que há sobra de energia”, destacou Pedrosa. Na avaliação do executivo, a MP acabou criando um “monstro regulatório”.

Edilson Rodrigues/Agência Senad



Projeto relatado por Renan Calheiros (MDB-AL) ainda vai a sanção

IMPOSTO DE RENDA

Isenção não resolve a tabela, diz Unafisco

» RAPHAEL PATI

A aprovação do Projeto de Lei 1087/2025, que prevê a isenção do Imposto de Renda (IR) para os contribuintes que recebem até R\$ 5 mil por mês deve impulsionar o poder de compra das classes econômicas mais baixas, de acordo com o governo federal. Apesar disso, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco) acredita que a classe média sai desfavorecida com a mudança na tabela do IR, visto que as alterações impactam somente os que

recebem até R\$ 7.350, que ficam sujeitos a uma isenção parcial, enquanto os trabalhadores que ganham acima desse valor têm que honrar com uma alíquota defasada, na visão da entidade.

“A tabela não foi integralmente corrigida. Quem ganha acima de R\$ 7.350 por mês segue sendo tributado com base numa tabela congelada há quase 30 anos. Isso mantém um nível elevado de injustiça para quem ocupa cargos técnicos, gerenciais ou tem remuneração pouco acima da média”, avalia o presidente do Unafisco

Nacional, Mauro Silva, que ressalta ainda que, se a correção fosse completa, o impacto positivo se estenderia às faixas superiores e promoveria uma redução mais ampla da carga sobre assalariados.

“Não é porque houve um avanço que o Congresso corrigiu a injustiça. A política não funciona assim. Essa vitória só veio porque houve articulação, dados e pressão da sociedade civil organizada, e a Unafisco cumpriu esse papel”, acrescentou o presidente. Mesmo assim, a entidade reconhece que a medida terá impacto direto no

orçamento das famílias e no estímulo à economia, e que além disso, responde a uma demanda social antiga.

O PL foi aprovado por unanimidade na noite de quarta-feira no Senado Federal, em votação simbólica. A medida ainda prevê o aumento da tributação sobre os considerados “super-ricos”, que recebem acima de R\$ 600 mil por ano e corresponde a uma parcela de cerca de 141 mil pessoas. Para esse grupo, a alíquota de IR será escalonada, até chegar em 10% — o máximo que o projeto estabelece.